

A BATALHA NAS LETRAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO FRAGILIZADO ESTADO DO SABER

Elisângela Leal da Silva Amaral (UEMS)

elisilvamaral@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

Maria Leda Pinto (UEMS)

1. Introdução

Ao longo do processo de desenvolvimento da linguística, novos olhares têm sido lançados sobre questões concernentes à linguagem, seus usos, efeitos, transformações e sentidos. Nesse processo, a sociolinguística vem apontando essas ocorrências sob o prisma das relações entre as formas de linguagem e manifestações sociais, sempre observando as ocorrências e os respectivos funcionamentos. Nesse sentido Labov vem trazer riquíssimas contribuições ao relacionar as variações linguísticas e os diversos grupos sociais econômicos e regionais.

Já a análise do discurso, ao se voltar para a ‘leitura’ das condições de produção de um discurso, sob os desígnios do mestre Pêcheux, vem trazendo à tona os efeitos de sentidos produzidos por uma formação discursiva. Poder-se-ia dizer que a análise do discurso estabelece um processo de ‘leitura’ dos dizeres que permeiam aquilo que é dito. Como um implícito nunca aleatório, mas sempre ligado à historicidade que o circunda; um dito que não é um, entretanto pode ser considerado, até o momento da finalização de sua emissão, o último apanhado de um conjunto sequencial de dizeres de muitas vozes já ouvidas. Quem fala? O Sujeito. Se isso fosse um exercício de interpretação de texto, haveria a obrigatoriedade de identificar o tal sujeito; no entanto, o caso aqui é que nosso sujeito não é um indivíduo, mas uma representação interpelada por uma posição num “jogo de imagens”, apenas um papel encenado ao longo da história.

Para que tudo fique mais claro, nosso sujeito se intitula “professor de língua portuguesa”. Está aliado a uma instituição histórica chamada escola. Para Althusser, ‘um aparelho ideológico do Estado’, e não apenas isso, porém o mais forte dos aparelhos ideológicos. Eis o lugar de onde fala o professor.

Não queremos definir aqui os diferentes tipos de escola, embora isso seja notório, não nos preocupa porque a imagem que queremos ressaltar é a do sujeito estabelecido há tempos pela sociedade, esta, o ‘B’ do sujeito. Aquele que já traz consigo uma ‘imagem’ demarcada da identidade do sujeito –‘A’.

Essa imagem construída, ao longo dos tempos, para o professor tem sido ameaçada por conflitos estruturais: o choque que tem havido entre os antigos conceitos gramaticais nas figuras dos gramáticos e os conceitos considerados modernos trazidos pelas figuras dos linguistas; dois profissionais em torno de um único objeto, ainda que sob diferentes aspectos. Nossa pesquisa, ainda em fase inicial, preocupa-se com este momento histórico que não somente interfere na identidade do professor, mas também repercute nos campos escolares, nos entremeios do saber, ou do não saber, quem sabe até nos obstáculos diante do saber.

Por meio dos discursos desse sujeito, planejamos investigar os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos de gramáticos e linguistas, já que discursos novos são originados dos pontos de interseção de anteriores.

2. Considerações sobre língua

Ao longo do tempo a língua vem sendo entendida sob diversas óticas. Orlandi aborda língua definindo-a como “sistema de signos ou como sistema de regras formais, e temos então a linguística; ou como normas de bem dizer, por exemplo, e temos a gramática normativa.” (2012, p. 15), definição na qual o primeiro conceito retoma o estruturalismo de Saussure:

A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e por isso comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é somente o mais importante desses sistemas. Pode-se, pois, conceber uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social; ela formaria uma parte da psicologia social e consequentemente da psicologia geral; nós a nomearemos semiologia (1990, p. 33)

Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade (p. 22). o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender (p. 92).

A língua é “uma soma de sinais depositados em cada cérebro,

mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (p. 27) Tais conceitos atribuem à língua um caráter apenas de transmissão de mensagens prontas. Como se o emissor e o receptor comungassem da mesma perspectiva, do mesmo conhecimento, do mesmo domínio lexical e semântico, reduzindo a palavra a mero símbolo de significação limitado e sem possibilidade de transformação.

...a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Esse código deve, portanto, ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada. Como o uso do código que é a língua é um ato social, envolvendo consequentemente pelo menos duas pessoas, é necessário que o código seja utilizado de maneira semelhante, preestabelecida, convencionada para que a comunicação se efetive. (1997, p. 23)

Em oposição a esses conceitos, Bakhtin vem apresentar um sistema linguístico não transmitido e intacto, mas construído a partir da relação entre interlocutores em um dado contexto social.

Esse sistema (da língua) exprime-se, efetivamente, em coisas materiais, em signos, mas enquanto sistemas de formas normativas, sua realidade repousa na sua qualidade de norma social. Os representantes dessa orientação acentuam constantemente que o sistema linguístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta – e isto representa uma de suas posições fundamentais. E, no entanto é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis.

Ou seja, “Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível.” (2010, p. 96). Nesse sentido, a língua passa a ser concebida como uma complexa atividade realizada entre locutores que são atravessados por outros locutores de diferentes épocas e por suas respectivas diferentes ideologias que se perpassam e se reconstróem, dado que cada leitura não depende apenas do que o locutor constrói, mas também do que é bagagem cultural e ideológica de quem lê/ouve, assim pode-se entender a língua como um elemento rico de significação localizado muito além do significado restrito a um dicionário linguístico, ainda que o mais rico.

Em Bakhtin, o sinal torna-se o designador do objeto, já o signo eleva-se à condição de participante na produção da linguagem viva e carregada de ideologia. Viajante pela história, o signo muda, se transforma, adquire a forma e o conceito contextuais nas diferentes épocas, pelos di-

ferentes sujeitos na teia da comunicação. “O signo é decodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável, ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada;” (2010, p. 96). Assim, torna-se possível que sinalidades, existentes na língua num plano inferior, sejam substituídas por expressões ou dizeres redimensionados. Exemplo disso pode ser a palavra cruz, que segundo o dicionário Aurélio constitui “Antigo instrumento de suplício (dois madeiros, um atravessado no outro) em que se amarravam condenados à morte.”, já para os cristãos significa direito à vida plena e eterna.

A pura ‘sinalidade’ não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de ‘sinalidade’ e de identificação que lhe é correlata seja real. (2010, p. 97).

Então fica concluído, nesse sentido, que “A língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas.”, como algo pronto e acabado, ao contrário, a língua se re/constrói dialogicamente, concomitante à história, à existência humana. Se para Saussure, o signo é o conjunto do significante mais o significado, para Bakhtin, o signo receberá sua conotação de acordo com o momento e circunstância em que for usado. Não há forma fixa. A língua, que para este é apenas parte da linguagem, na sua utilização, representa e reflete a experiência em ação, as emoções, desejos, necessidades, a visão de mundo, valores, pontos de vista. A linguagem verbal é encontro e confronto, salvação e luta, é corpo a corpo que não admite passividade.

Toda e qualquer análise gramatical, estilística, textual deve considerar a dimensão dialógica da linguagem como ponto de partida. O contexto, os interlocutores, gêneros discursivos, recursos utilizados pelos interlocutores para afirmar o dito/escrito, os significados sociais, a função social, os valores e o ponto de vista determinam formas de dizer/escrever. As paixões escondidas nas palavras, as relações de autoridade, o dialogismo entre textos e o diálogo fazem o cenário no qual a língua assume o papel principal. (1999, p. 143)

2.1. Considerações sobre gramática

Na busca por um maior entendimento sobre as formas como se processa a linguagem, muito se tem falado sobre gramática. No entanto não ocorre a existência de uma só. Há diferentes compreensões e diversas formas de abordagem. Segundo Travaglia, “Há basicamente três sentidos para essas expressões” (1997, p. 62). O autor ainda afirma que “No pri-

meio, a gramática é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente.” (1997, p. 62). Nesse contexto, a língua portuguesa se processaria de uma forma única e ‘gramaticalmente’ correta, todo desvio aos moldes da gramática normativa, em qualquer circunstância, seria intolerável.

Pensemos nas bases que constroem o segundo sentido segundo o mesmo autor: “A segunda concepção de gramática é a que tem sido chamada de gramática descritiva, porque faz, na verdade, uma descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função.” (1997, p. 63) Ou seja, esse modelo trabalha sobre a língua em seu momento prático, o momento da produção da linguagem, fazendo registros das ocorrências do processamento da linguagem sem se preocupar com algum modelo imposto pela gramática normativa. Ainda na fala de Travaglia:

Gramatical será então tudo o que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística. O critério é propriamente linguístico e objetivo, pois, não se diz que não pertencem à língua formas e usos presentes no dizer dos usuários da língua e aceitas por estes como próprias da língua que estão usando. Assim, frases como as de 2 (*a- Eu vi ele ontem. / b- Os menino saiu correndo. / c- Me empresta*) seu livro. serão consideradas como gramaticais, porque atendem às regras de funcionamento da língua em uma de suas variedades. (1997, p. 64).

Em sua concepção, o autor entende que as diversidades de linguagens estão associadas a três fatores: regional, temporal e socioeconômico. Em sua definição de gramática posicionando-se frente a tal esfera de entendimento, afirma:

A terceira concepção de gramática é aquela que, considerando a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário da língua está engajado, percebe a gramática como o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar. (1997, p. 64).

Não há aqui a pretensão de esgotar as inúmeras abordagens relacionadas ao tema *gramática*, visto que o que até aqui foi exposto satisfaz as necessidades de noções contextuais para o verdadeiro foco desse artigo.

2.2. Considerações sobre ‘linguistas’

Para refletir sobre o papel do linguista, uma profissão relativamente nova, temos a opção de entender seu campo de ação a partir das

palavras do professor Fiorin (2005, p. 17):

... a linguística não se compara ao estudo tradicional da gramática; ao observar a língua em uso, o linguista procura descrever e explicar os fatos: os padrões sonoros, gramaticais e lexicais que estão sendo usados, sem avaliar aquele uso em termos de outro padrão: moral, estético ou crítico.

Na perspectiva abordada neste artigo, o linguista seria o estudioso da linguagem que se ocupa das ocorrências linguísticas presentes nos diversos campos de atuação dos falantes, nas diferentes épocas.

Sob essa ótica, a questão do trabalho do linguista não consiste em impor estruturas gramaticais, nem tampouco controlá-las, mas perceber e registrar as ocorrências que compõem a realização da linguagem. Assim sendo, para o linguista:

Saber gramática significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções, as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade. O cientista pode fazer gramáticas de todas as variedades da língua, propondo de acordo com um modelo teórico quais as unidades e categorias da língua, bem como as relações que podem ser estabelecidas entre elas e as suas funções, seu funcionamento. São representantes dessa concepção as gramáticas feitas de acordo com as teorias estruturalistas que privilegiam a descrição da língua oral e as gramáticas feitas segundo a teoria gerativa-transformacional que trabalha com enunciados ideais, ou seja, produzidos por um falante-ouvinte ideal. As correntes linguísticas que dão base a esse tipo de gramática têm em comum o fato de proporem uma homogeneidade do sistema linguístico, abstraindo a língua de seu contexto, ou seja, elas trabalham com um sistema formal abstrato que regularia o uso que se tem em cada variedade linguística. (1997, p. 64).

Seria possível vislumbrar o trabalho do cientista da língua como uma abordagem que não vai ao encontro do falante com o propósito de influenciar sua fala/escrita, ao contrário o falante funciona apenas como o co/produtor de um ‘objeto observado’; a linguagem produzida por ele, numa determinada situação, é ‘recortada e levada para análise’ sob diferentes aspectos. Tal trabalho, então vai ao encontro de anseios dos próprios linguistas, numa perspectiva científica com objetivos que não esbarram em alterar o funcionamento da língua em suas bases de produção.

2.3. Considerações sobre ‘gramáticos’

Os chamados gramáticos aqui serão abordados sob dois enfoques. O primeiro seria aquele estudioso da língua portuguesa em seu aspecto padrão. Missão cujo início já gerava equívoco, segundo Antônio Martins de Araújo (UFRJ): “Diversamente do que se encontra relatado na grama-

ticografia brasileira não é a do gaúcho Antônio Pereira Coruja, publicada em 1835, mas sim, o *Compêndio da Grammatica Portuguesa*, do padre Antônio da Costa Duarte.” Eis aí o primeiro gramático brasileiro. Na conotação de hoje, aquele que registrou a gramática normativa, “A gramática normativa é mais uma espécie de lei que regula o uso da língua em uma sociedade.” (1997, p. 54).

O segundo tipo tem sido todo aquele profissional que trabalhe de alguma forma os apontamentos da gramática normativa; a esses já vem surgindo um termo definidor substitutivo: “gramatiqueiro”. Não há como negar a existência dos chamados ‘puristas’, aqueles que abominam toda e qualquer forma de linguagem diferente do padrão. Como há os ‘pseudo-linguistas’, que usam português padrão em seus livros e discursos acadêmicos, mas por algum motivo ainda desconhecido, combatem a ferro e fogo o trabalho com ensino de língua padrão, ou norma culta, nas instituições educacionais.

Enfim, é importante salientar que o termo gramático nos dias de hoje remete, prioritariamente, ao estudioso da gramática normativa, independente da forma como esse estudo é realizado e assim como da posição desse profissional frente a outras linguagens. Neste conjunto, encontra-se também o professor de língua portuguesa.

Diferente do papel do linguista – observar e registrar a ocorrência da linguagem – o gramático preocupa-se com que o falante conheça e use a considerada norma culta. Alguns a elevando à posição de única forma existente e, portanto, homogênea; outros, no entanto, com a consciência de que haverá momentos em que se fará necessária.

3. Considerações sobre as bases do confronto

Houve uma época em que a língua portuguesa na qualidade de se achar filha única da linguagem no Brasil, amparada por uma elite de poucos, considerados cultos e donos da língua assim como de todo o resto, ocupava um trono diante do qual todos os seus pobres súditos usuários eram obrigados a sempre se curvar.

A linguística nasceu, provou que havia outras ‘filhas’, estas reivindicaram seus lugares na família e muito justamente os conquistaram. Porém de um extremo ao outro, agora as irmãs mais novas é que decidiram reduzir a nada a existência da outra.

A arena do confronto tem sido as escolas, as academias, a mídia, entre outros. Sob o pretexto da inovação ou do tradicionalismo, a linguagem tem sido prejudicada.

O falante tem sido prejudicado – num país em que escola é para todos e linguagem é disciplina escolar – o professor de língua materna tem sido prejudicado.

A mídia tem tido lucro, vários autores também. E, como em toda guerra, há muita gente sendo ferida, aprisionada, amordaçada, ironicamente, pela língua ou em nome dela.

Os pseudolinguistas, em nome de aniquilar as normas do português, impõem outras; os pseudogramáticos, em nome de zelar pela língua, estão calando os falantes quando os reduzem a meros ignorantes e os convencem disso usando a própria língua.

4. Considerações sobre discurso

De posse das “condições de produção” (2010, p. 117), poderemos analisar mais claramente o discurso produzido pelo professor de língua portuguesa no ato da execução de seu trabalho. Mesmo sabendo que tal ato envolverá a língua e a gramática, o foco de nossa reflexão, o clímax mesmo está em colher e pensar esse discurso produzido em momento tão conflituoso em que a língua sofre um dualismo na pessoa de dois segmentos atropelados por um forte jogo de poder.

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (2012, p. 15)

Que caminhos tortuosos tem percorrido a fala do professor de língua portuguesa? Poder-se-ia dizer que, em não poucas vezes, tem sido perseguida em vez de percorrer. De que lugar tem sido proferido esse discurso? Sob que forças o profissional tem sido obrigado a se curvar? Ou até mesmo se calar? E ainda: todo curso pressupõe um percurso, e obviamente uma via de acesso; nesse sentido quais são os tais caminhos? Para onde se movimenta essa fala? Qual é e qual deveria ser a direção? Orlandi alerta que, “...temos a chamada relação de forças. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é consti-

tutivo do que ele diz.” (2012, p. 39) Algumas forças que regulam o discurso do professor podem ser citadas: necessidade de permanência no emprego – sobrevivência –realização profissional e pessoal, formação adequada ou deficitária, continuada ou não, pressões sociais, modismos, obrigatoriedade de apresentar resultados, sobrecarga, insatisfações, indisciplina, e até mesmo frustração, não bastasse tudo isso, boa parte da sua função ainda tem sido abortada.

5. Reflexões

Frente ao clima conflituoso que se tem estabelecido, recorramos a perguntas que já ecoaram em outras épocas: “Mas o que é a linguagem? O que é a palavra?” (2010, p. 71) Bakhtin nos propõe tal reflexão. A linguagem, que sempre se apresentou como elemento central em tudo aquilo que pode ser entendido por relação ou relações humanas, a protagonista das diversas tramas e entrelaces de todo tipo de acontecimento nas inumeráveis realizações que compõem o que chamamos ‘vida’. É ela a grande ferramenta na construção da história. Talvez numa relação expressa por um diferente ‘dialogismo’, essa História vem despontando em volta desse protagonismo duplo: a linguagem construindo a História do homem que constrói a linguagem através da construção da própria história, e nessa fusão um é o outro, e o outro não se faz sem o primeiro. E quem seria o primeiro, visto que a linguagem faz o homem ser e o homem faz a linguagem? Não seria possível alcançar a resposta visto que, na realidade não haveria ‘primeiro’, pois o homem sem a linguagem não chega a ser um, ao passo que a mesma sem o homem não é. Ela dá sentido à vida.

Nesse processo histórico da existência humana em concomitância com a existência da linguagem, vão se construindo os sentidos das existências, conforme podemos observar nas palavras de Orlandi: “O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos.” (2010, p. 47)

E o próprio mestre que perguntou nos sugere:

Passemos à definição da segunda orientação do pensamento filosófico-linguístico. Segundo esta tendência, o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem-definida, situa-se, ao contrário, no *sistema linguístico*, a saber o *sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua*. (2012, p. 79)

Todo sistema tem regras. A vida tem regras. O problema não são as regras, mas como lidamos com elas. Pontos de vista divergentes sempre vão existir e mover o mundo. A vida se constrói a partir da diferença. Papéis são importantes, precisam ser desempenhados com competência e seriedade. A linguagem faz a nossa história, a do linguista, a do gramático, a do falante; ela é capaz de nos colocar em condições de igualdade, assim nos faz iguais, sujeitos a ela e por ela sujeitos ao sistema; -e a quantos sistemas?- já que não somos únicos, indivíduos, mas coexistentes nessa historicidade corrente, nem sempre coerente, mas real em todos os tempos. Não importa que a uns caiba observar e retratar os fatos, no entanto aproveitemos a polissemia presente em ‘retratar’: na estrada tortuosa da comunicação, muito se retrata no sentido de arquivar o que se julga importante, necessário, relevante para diversos e infundáveis fins; muito se retrata no sentido de ‘não foi isso que eu quis dizer’ demonstrando existir uma preocupação por parte do falante em respeitar acordos pré-estabelecidos a fim de garantir uma boa comunicação. Exemplo, talvez, da inconformidade humana de não seguir sempre imutável, constante, ao contrário melhorando, ou se superando em todas as áreas. Tem sido assim ao longo da história.

Faltou-nos ainda uma reflexão sobre a palavra:

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (2012, p.79).

A palavra torna-se um símbolo entre nós, os seres simbólicos. Vem a ser esse elemento vazio, desprovido de sentido até que a significamos por meio de nossas historicidades. Gramáticos as organizam em classes, dividem-nas em sílabas e em morfemas, dispõem-nas sintaticamente; linguistas as observam, estudam, registram seus usos, juntam-se a filósofos para tentarem explicá-las; autores as transformam em textos dos mais variados gêneros, sejam informativos, educativos, poéticos ou trágicos; ortograficamente corretas, ideologicamente misteriosas.

Qual a ideologia por trás do gramático, do linguista, dos que se acham donos da língua, dos que não querem que as classes mais baixas usem norma culta? Se a competência linguística já é inerente a todos os falantes da língua mãe:

A competência gramatical ou linguística é a capacidade que tem todo usuário da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) de gerar sequências linguísticas gramaticais, isto é, consideradas por esses mesmos usuários como sequên-

cias próprias e típicas da língua em questão. Aqui não entram julgamentos de valor, mas verifica-se tão-somente se a sequência (orações, frases) é admissível, aceitável como uma construção da língua. Essa competência está ligada ao que Chomsky chamou de "criatividade linguística", que é a capacidade de, com base nas regras da língua, gerar um número infinito de frases gramaticais (1997, p. 57).

Então, podem-se desenvolver outras habilidades. Ampliar conhecimentos linguísticos, gramaticais, não ser ignorante diante da língua em suas diversas modalidades, sem ficar restrito a uma ou a outra variedade. Captar o sentido do êxito, do conhecimento, da conquista, do crescimento, do avanço, da limitação, do engano, da mentira. "A proposta não pretende reduzir os conhecimentos a serem aprendidos, mas sim indicar os limites sem os quais o aluno desse nível teria dificuldades para prosseguir nos estudos, bem como participar ativamente na vida social." (1997, p. 54).

6. Considerações finais

Nesse processo histórico da existência humana em concomitância com a existência da linguagem, vão se construindo os sentidos das existências, em cada época, em todas as épocas, organizados sempre por meio da linguagem. Tudo se vive por ela, tudo se sabe por intermédio dela; ela, que por si só já é saber, também se posiciona como canal entre o homem e todos os demais saberes, responsável pelos grandes entendimentos e – por que não dizer? – pelos desentendimentos. É ela esse rico sistema ou complexos sistemas.

Não há sistema desprovido de regras nem nas brincadeiras infantis. Viver em grupo requer regras. Até mesmo as revoluções se organizam em torno de regras. O problema não são as regras, mas como lidamos com elas.

Nesse sentido, é observável que cada segmento envolvido com o estudo da linguagem apresenta seus domínios, seus caminhos, suas verdades. Cada qual em sua especificidade; podendo assim contribuir enormemente para solucionar aquilo que tem sido um grande problema na sociedade: o estudo de línguas no período escolar.

No entanto, maior de que os problemas que envolvem os estudos linguísticos têm sido as demagogias de onde se originam os maiores conflitos entre aqueles que poderiam somar forças em função de amenizar as tantas dificuldades que envolvem a educação escolar.

O discurso do gramático, do linguista e do professor de língua portuguesa torna-se incoerente quando não respeita um ponto extremamente comum: a eficiência do poder de comunicação. Afinal, a grandeza da língua não se dá na complexidade das regras, nem nas evidências registradas em livros, dissertações, teses, ou demais documentos, nem tampouco nas obrigatoriedades de um ensino não priorizado, mas na soma disso tudo, a fim de gerar a condição de permitir e contribuir para que pessoas possam ter acesso àquilo que as fazem gente: o poder de ignorar fronteiras impositivas internas e externas para, através da linguagem, relacionar-se com o outro – seja qualquer outro- e assim poder se expressar em palavras, em existência, em realização. Essa é a batalha que faz sentido.

Há quem precise da outra batalha, por diversas razões, entre elas, a intransigência, o egoísmo, o modismo, o jogo de poder, a hipocrisia e o lucro; por outro lado, alguns batalham pela riqueza do ensino. Questão de ideologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAÚJO, Antonio Martins de. A primeira gramática brasileira da língua portuguesa. *Cadernos do CNLF*, Vol. VIII, n. 1: Resumos. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/resumos/aprimeiragramatica.htm>>. Acesso em: jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística: I. Objetos Teóricos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012

PÊCHEUX, M. A análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990.

PINTO, M. L. A análise do discurso e as condições de produção. In: PE-

REIRA, D. C.; RODRIGUES (Orgs.). *Língua e literatura I: questões teóricas e práticas*. São Paulo: Nelpa, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo. Cultrix, 1970.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.